

AduFRJ

NAS ELEIÇÕES 2018

O processo que culminou no impeachment da presidente Dilma Rousseff evidenciou a interferência do Judiciário nos rumos da política nacional. A judicialização na esfera estadual é menos acentuada, prevalecendo a disputa de projetos de governo. Para analisar os cenários nacional e estadual, a Adufrj convidou dois especialistas da UFRJ. A professora Margarida Lacombe Camargo, da Faculdade Nacional de Direito, aponta ações políticas do Legislativo federal que repercutem no quadro eleitoral nacional. Já Mauro Osório, também professor da FND, indica falhas nos programas dos cinco candidatos ao governo do Rio mais bem posicionados nas pesquisas. Boa leitura!

Artigo

MARGARIDA LACOMBE CAMARGO

Professora Associada da Faculdade Nacional de Direito – UFRJ



ARQUIVO PESSOAL

A politização do Poder Judiciário

O protagonismo do Poder Judiciário, notadamente do Supremo Tribunal Federal, tem levado ao uso corriqueiro de expressões como “judicialização da política”, “ativismo judicial” e “politização do judiciário”. São fenômenos, contudo, que não se confundem. Judicializar é provocar a ação do Poder Judiciário para a proteção de um direito e nada de estranho há nisso. Judicializar a política é quando existe descontentamento na ação dos poderes Executivo e Legislativo, direitos fundamentais estão envolvidos e o Judiciário é chamado a decidir. Também, em princípio, nada de errado há nisso. Ainda que o Direito deva ser seguido. O problema está no uso que se faz desse poder.

Na semana passada, por exemplo, o STF apreciou a questão do ensino domiciliar. Matéria prevista na Constituição e regulamentada pela LDB e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Não obstante, o Relator do caso pretendia substituir-se ao legislador ordinário dispendo sobre se, e como,

deveria agir a administração pública nos casos da opção da família pelo ensino domiciliar, que ele entendia possível. É um caso típico de ativismo judicial, mesmo que não tenha prosperado. O Relator foi vencido pela maioria da Corte que entendeu necessária a participação do Estado no processo educacional, diante do que prevê a Constituição e a legislação em vigor.

Em que pese uma eventual coincidência ideológica, entre o teor das decisões do STF e o que os partidos políticos defendem, não se trata, propriamente, da politização do Judiciário. Podemos dizer que um Ministro tem posições mais liberais do que outros, mas isso porque a Constituição é uma lei de conteúdo político, com normas abertas, a permitir, não raramente, interpretações distintas, ainda que esse seja um grande problema. Mas o que foge ao campo judicial, propriamente dito, são os julgamentos que, sabida e estrategicamente, afetam os mecanismos de expressão da soberania popular, interferindo em situações concretas de processos em curso. Temos visto

tribunais valerem-se dos casos que devem apreciar para influírem na política nacional. Os exemplos são muitos: o recebimento seletivo de denúncias de políticos na Operação Lava Jato; a celeridade no julgamento de alguns políticos, como o do ex-Presidente Lula pelo TRF4, para impedir o quanto antes a sua candidatura; o não julgamento das ADCs 43, 44 e 54 sobre a presunção de inocência; a celeridade do julgamento sobre a campanha política do PT, pelo TSE; o encaminhamento a Plenário do HC preventivo do ex-presidente Lula, para não falar do retardamento do STF em receber a denúncia e afastar o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, viabilizando a deflagração do Impeachment contra a ex-presidenta Dilma. São ações conduzidas pelo Ministério Público e pelos tribunais que interferem, diretamente, no processo eleitoral, afetando a expressão da soberania popular. E o que é pior: quando interpretadas em conjunto, retratam uma série de práticas que visam a minar e a fragilizar um determinado campo político.

Artigo

MAURO OSORIO

Professor da Faculdade Nacional de Direito e Presidente do Instituto Pereira Passos

O Futuro do Rio

NO DEBATE SOBRE O FUTURO do Rio de Janeiro, o professor Mauro Osorio destaca os aspectos abaixo, em avaliação feita a pedido da Adufrj.

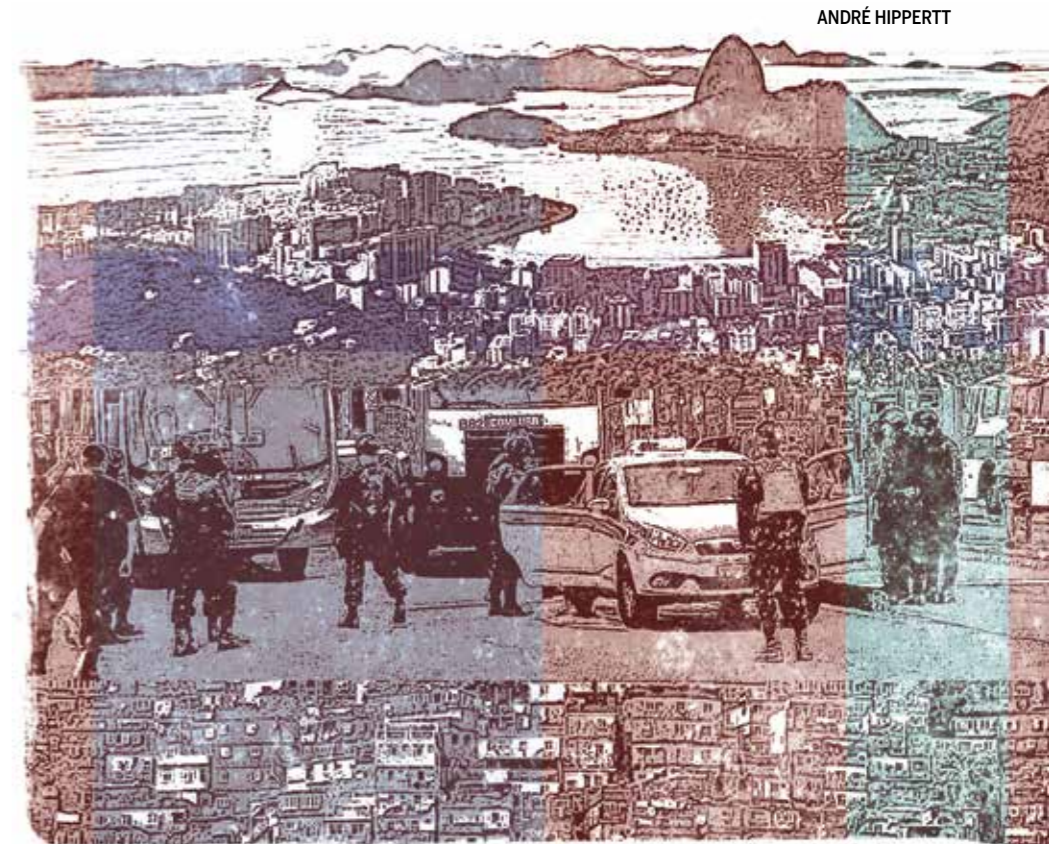
UM DELES É A QUESTÃO de planejamento e coordenação de políticas. Por que isso é importante? Porque pensar em como recuperar o estado passa necessariamente por ter um diagnóstico correto dos problemas a serem superados. Passa por priorizar o planejamento e a integração de políticas públicas. Não adianta fazer uma política de saúde separada da educação, não adianta ter uma política de transporte sem pensar qual a política de emprego. Também tem que pensar moradia com emprego e assim por diante.

PARA SE TER TRANSPARÊNCIA orçamentária, como está colocado em alguns programas dos candidatos, é necessário que isso se dê não só do ponto de vista setorial, observando-se quanto se está gastando em Saúde, Segurança, Meio ambiente etc. É importante ter também o orçamento territorializado. Quanto se está gastando em Belford Roxo, Pavuna, Leblon, Ipanema, Niterói? Você joga luz em desigualdades territoriais absurdas. Por que há muito mais policiais na zona sul do Rio do que em Queimados? Em Botafogo, você tem uma taxa anual de homicídios de 4 para cada 100 mil habitantes. Em Queimados, a taxa é de 140. Uma política pública tem que ser distributiva, do ponto de vista social e territorial. Em alguns planos de governo, existe a ideia da criação de conselhos de desenvolvimento por região do estado. Mas o orçamento territorializado não aparece.

TAMBÉM TEMOS QUE DAR destaque à região mais complexa do estado. Qual a região mais complexa do estado do Rio de Janeiro? É a periferia metropo-



KELVIN MELO



ANDRÉ HIPPERTT

litana. Por exemplo, foram divulgados há pouco os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de 2017. O estado não tem nenhum município com mais de 100 mil habitantes entre os dez melhores das regiões Sul e Sudeste. Mas, entre os dez piores do Sul/Sudeste, nove são da periferia da Região Metropolitana do Rio. O décimo também é do estado do Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes.

POR QUE O RIO FOI DE LONGE o que mais sofreu com a crise? Um aspecto central são as especificidades do marco de poder no Rio de Janeiro. Nenhuma região sofreu com o golpe de 64 e as cassações como o Rio de Janeiro. Isto abriu espaço para uma hegemonia política no Rio de Janeiro particularmente clientelista e que foi desestruturando

o setor público da região. Qual estado tem atualmente um ex-governador preso, os três principais líderes da Assembleia Legislativa também presos e quase todos os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado afastados?

DESIGUALDADE SALARIAL. Alguns programas falam que é importante olhar a desigualdade entre salários, mirando os servidores. Faltou dizer que as maiores desigualdades estão no Legislativo, no Tribunal de Contas, no Tribunal de Justiça, Ministério Público estadual e Defensoria estadual. Se olharmos os gastos setoriais, vamos ver que o estado do Rio, por habitante, gasta bem mais do que São Paulo e Minas Gerais com as atividades vinculadas ao Judiciário e ao Legislativo. E gasta menos em Saúde e Educação, por habitante.